

# PARLAMENTO EUROPEU

2004



2009

---

*Comissão Temporária Sobre a Alegada Utilização pela CIA de Países Europeus para o Transporte e a Detenção Ilegal de Prisioneiros*

5.7.2006

## COMUNICAÇÃO AOS MEMBROS

Nº 5

**Assunto: Relatório sobre a visita da delegação da Comissão TDIP aos Estados Unidos da América (Washington)**

Figura em anexo um relatório sobre a visita da delegação a Washington, elaborado pelo secretariado sob a responsabilidade de Carlos Coelho, Presidente da comissão e da delegação

DIRECÇÃO-GERAL  
DAS POLÍTICAS INTERNAS

## **A. Procedimentos**

Em 23 de Março de 2006, a Comissão TDIP decidiu apoiar a proposta dos coordenadores de realizar a visita de uma delegação a Washington, de 8 a 12 de Maio de 2006.

O presidente da TDIP, Carlos Coelho, solicitou ao Presidente do Parlamento Europeu, Josep Borrell Fontelles, que requeresse a aprovação da Conferência dos Presidentes para esta delegação (carta de 29 Março de 2006, referência 304346/D (2006) 17404).

Em 6 de Abril de 2006, a Conferência dos Presidentes aprovou este pedido, permitindo que 13 membros da comissão (mesa, relator e um representante de cada grupo político) se deslocassem a Washington de 8 a 12 de Maio de 2006.

A lista de participantes na delegação consta do anexo 1 e o programa está descrito em pormenor no anexo 2.

Seguidamente, são sintetizadas as principais contribuições dos diversos interlocutores que se encontraram com a delegação.

## **B. Síntese das reuniões**

### *Segunda-feira, 8 de Maio de 2006*

#### **John BRUTON, chefe da Delegação da Comissão Europeia, Washington**

À chegada à noite, a delegação reuniu-se com o chefe da Delegação da Comissão Europeia, ex-Primeiro-Ministro irlandês, John BRUTON.

Nesta troca de pontos de vista informal, quase todos os membros tiveram a oportunidade de usar da palavra. De acordo com o Sr. Bruton, o programa da delegação era excelente e demonstrava que a visita seria levada a sério. Com efeito, as questões de segurança sempre foram consideradas importantes nos Estados Unidos e agora que este país considera estar em guerra, ainda o são mais. É um facto que, desde o início do segundo mandato do Presidente Bush, tem sido posta uma ênfase especial na manutenção de boas relações com a Europa.

### *Terça-feira, 9 de Maio de 2006*

#### **Scott HORTON, presidente, Comissão sobre Direito Internacional Margaret L. SATTERTHWAITE, Professora auxiliar de Direito Aplicado e directora de faculdade**

A delegação reuniu com Scott HORTON e Margaret SATTERTHWAITE na primeira

manhã.

Fizeram uma avaliação do projecto de relatório intercalar de Giovanni Claudio FAVA e formularam algumas propostas de carácter técnico para melhorar o seu conteúdo.

Em particular, insistiram em que outros agentes ou serviços (por exemplo, no Departamento de Defesa [DOD] e no Departamento Federal de Investigação [FBI]) que não a Agência de Informações Central [CIA] estão envolvidos na alegada acção sob investigação.

Relativamente aos centros de detenção, afirmaram que estes estão localizados em instalações já existentes, especialmente preparadas para o efeito. Nessas instalações, blocos especiais estão sob o controlo exclusivo dos EUA. Além disso, referiram-se explicitamente à Polónia, Roménia, Bulgária, Tunísia e Marrocos.

Sublinharam a importância de fazer a distinção pertinente entre termos diferentes, tais como expulsão, deportação e entrega.

De acordo com as suas estimativas, aproximadamente 200 pessoas estariam implicadas como agentes especiais neste programa entre agências.

Com efeito, qualificaram o programa de entrega como um acto criminoso levado a cabo pelo governo dos EUA, sem dúvida com o conhecimento, pelo menos, de autoridades de Estados-Membros da UE.

**Barbara OLSHANSKY, Vice-Directora Jurídica do Centro para os Direitos Constitucionais**

Na parte da tarde, a delegação reuniu-se com Barbara OLSHANSKY.

Foi feita referência a uma ordem presidencial secreta que permite à CIA erigir centros de detenção secretos onde seja possível utilizar técnicas de interrogação especiais.

De acordo com informações que recebera na parte da manhã, calculava que cerca de 100 a 150 detidos teriam sido mantidos incomunicáveis.

Elisa MASSIMINO, Human Rights First, Directora no gabinete de Washington

A Sra. Massimino referiu que os centros de detenção secretos formariam uma rede flexível em que os detidos são transferidos entre sítios.

Sublinhou a existência de concorrência entre agências civis e militares, bem como entre serviços.

Por último, também confirmou que cerca de 100 detidos tinham sido mantidos incomunicáveis.

\* \* \*

*À noite, a delegação participou na recepção "Dia da Europa", oferecida pelo chefe da Delegação da Comissão Europeia, John Bruton, na sua residência.*

**Quarta-feira, 10 de Maio de 2006**

A delegação manteve uma série de reuniões com a Amnistia Internacional, a Human Rights Watch e o membro do Partido Democrata à Câmara dos Representantes, Robert WEXLER.

- **AMNISTIA INTERNACIONAL:**  
esteve representada por

**Angela COLAIUTA, Centro para as Vítimas de Tortura,**  
**John BRADSHAW, Open Society Policy Center (Centro político Sociedade Aberta)**  
**Smita BARUAH, Médicos a favor dos Direitos do Homem e**  
**Jumana MUSA, Directora para a defesa dos Direitos do Homem a nível nacional e a Justiça Internacional**

Os oradores fizeram sobretudo comentários sobre os membros do Congresso com que a delegação se iria reunir.

Uma vez que este ano se realizam eleições para renovar parte do Congresso, é óbvio que a maioria dos políticos queira mostrar uma imagem de dureza em questões de segurança. Sublinharam que o exército norte-americano estava extremamente ciente da sua imagem na sequência dos escândalos sobre a imposição de maus-tratos aos prisioneiros. Tal ajudaria, talvez, a abrir o debate sobre os métodos da CIA, sobretudo porque os peritos tinham dúvidas quanto à fiabilidade das provas recolhidas sob tortura ou tratamentos semelhantes.

Remeteram para o novo Manual de Campo do Exército, que agora proíbe explicitamente a prática de "afogamento" como técnica de interrogação. Além disso, o novo manual indica que o pessoal do exército deve reflectir sobre a utilização de técnicas que não constem da lista, dada a sua possível utilização contra pessoal das forças armadas norte-americanas capturado no estrangeiro.

- **HUMAN RIGHTS WATCH:**

A delegação reuniu-se com **John SIFTON** (investigador sobre acções de luta contra o terrorismo) e **Jennifer DASKAL** (Directora das campanhas da HRW nos EUA) que forneceram à delegação elementos de prova sobre a ligação da Polónia e da Roménia a prisões secretas da CIA, incluindo registos de voo, declarações de funcionários dos governos polaco e romeno, assim como detalhes específicos sobre os aviões utilizados pela CIA. Ambos reconheceram que não têm provas formais destas alegações, mas sublinharam que os factos davam realmente indicações muito fortes. A informação de que dispunham apontava para a existência de prisioneiros sob custódia da CIA muito antes de o centro de detenção na Baía de Guantánamo ter sido criado.

Desde a mais recente visita da Secretária de Estado, RICE, à Europa, em Dezembro de 2005, não tinha havido outros centros de detenção secretos na Europa. John SIFTON confirmou que a administração dos EUA exercera de facto pressões sobre alguns jornalistas investigadores. Referiu a investigação criminal empreendida pelo Departamento de Justiça contra Dana PRIEST, do jornal Washington Post, as instruções claras dadas directamente pela Casa Branca ao Director Brian ROSS da cadeia ABC News, já para não falar de países europeus, apenas duas horas antes da radiodifusão do relatório e as mesmas instruções no caso da CNN.

Ambos referiram a boa cooperação existente entre os serviços americanos e europeus, nomeando em particular a França e a Alemanha, países com os quais os serviços secretos teriam interrogado detidos na Síria e na Jordânia.

Por último, afirmaram que a CIA tinha de facto cometido diversos erros que levaram a Agência a ser agora muito mais cautelosa.

\* \* \*

#### – CONGRESSO DOS EUA

A delegação deslocou-se a Capitol Hill na parte da tarde para se encontrar com **Robert WEXLER** (Democrata - Flórida), membro, Comissões das Relações Internacionais e dos Assuntos Judiciais da Câmara dos Representantes.

Na sua alocução de boas-vindas, observou que algumas pessoas em Washington não estavam particularmente satisfeitas com a visita da delegação.

Reconheceu a existência de áreas cinzentas em relação a casos de abuso da lei e a necessidade de ambas as partes realizarem inquéritos imparciais.

Fez uma referência explícita ao caso de El Masri. Na sua opinião, se as alegações forem verdadeiras, a participação do Governo dos EUA é muito grave. Reconheceu que quaisquer acções desta natureza poderiam alimentar o ódio contra os americanos.

Partia do princípio de que as declarações do governo dos EUA, segundo as quais os números verdadeiros eram muito inferiores aos mencionados no relatório do Parlamento Europeu, eram verdadeiras e correctas. Contudo, casos isolados não mudam a realidade do problema.

Procurou obter a compreensão da delegação, pedindo que o contexto temporal fosse tido em conta.

Além disso, sublinhou que a administração dos EUA tinha total consciência do problema actual.

Na sua opinião, dificilmente se podem aplicar os mesmos princípios a delitos civis e terroristas. Infelizmente, mais do que um terço dos americanos aceita a violação dos Direitos do Homem no contexto da "guerra contra o terrorismo". Acrescentou que só uma

pequena minoria de americanos é de opinião diferente, tal como na Europa. Não obstante, insistiu em que estas violações não se verificam actualmente.

No que se refere a acções da CIA na Europa, considerou que executar estas acções sem informar os serviços de informação locais é arrogante e arriscada. Mesmo que isso tenha ocorrido, é inconcebível que tal programa tenha sido feito a grande escala e tenha podido realizar-se sem qualquer participação por parte de autoridades europeias.

Mesmo que tenham sido cometidos alguns erros (por exemplo, no caso de El-Masri), concluiu que ambas as partes devem evitar pôr em risco a prossecução da cooperação na luta contra o terrorismo.

*Quinta-feira, 11 de Maio de 2006*

– **DEPARTAMENTO DE ESTADO**

A delegação deslocou-se ao Departamento de Estado para se encontrar com **Dan FRIED**, **Secretário de Estado auxiliar, Departamento dos Assuntos Europeus e da Eurásia**, e **John BELLINGER**, **Gabinete do Conselheiro Jurídico do Departamento de Estado**

A "perfeição é inatingível", de acordo com as primeiras palavras do Sr. FRIED à delegação. Desde o 9 de Setembro, os Estados Unidos têm lidado com problemas completamente novos que fogem ao quadro normal.

Afirmou que enfrentar novas ameaças e escolher opções nesse contexto devem ser factores a ter em conta como base de discussão. Contudo, na sua opinião, a luta contra o terrorismo deve permanecer na linha dos valores e das obrigações internacionais.

De facto, os EUA procuram obter conselhos dos seus amigos europeus para se defenderem de tais alegações. O alegado número de detidos não tem qualquer relação com a realidade.

O Sr. FRIED também expressou a sua preocupação quanto à possibilidade de a futura cooperação entre os serviços secretos europeus e norte-americanos ficar prejudicada em consequência das pressões do debate público na Europa.

Em relação às entregas, fez referência ao caso de "Carlos, o Chacal". Igualmente, sublinhou o facto de a CIA utilizar aviões privados há mais de uma década e de esta questão não estar, por conseguinte, aberta a discussão.

A finalizar, reclamou que as detenções sem julgamento devem ser encaradas como normais no contexto da guerra contra o terrorismo.

**O Sr. BELLINGER** recordou que a Secretária de Estado, Rice, se comprometera a um diálogo com a Europa baseado em factos e não probabilidades sem fundamento. Lamentavelmente, a Sra. Rice não podia reunir-se com a delegação durante a sua visita a Washington.

"Acolhemos positivamente um debate, mas não uma inquisição do relator. Insisto em que os EUA não enviaram pessoas para países para serem torturadas, porque os EUA respeitam as suas obrigações legais e procuram obter garantias diplomáticas".

O combate ao terrorismo faz-se através de contactos entre os serviços de informações e

isso não pode ser feito sem ajuda. O aumento do número de voos pode ser encarado como sinal de uma cooperação activa melhorada com os países europeus. Contudo, os voos da CIA não transportaram detidos.

Uma vez que as actividades dos serviços de informações são mantidas secretas pela sua própria natureza, é impossível confirmar ou negar alegações. Seja como for, há apenas dois ou três alegados casos, em relação aos quais talvez se possa confirmar que tiveram lugar há mais de três anos.

Em resposta a perguntas sobre o caso de El-Masri, o conselheiro jurídico explicou que os EUA não querem comentar qualquer caso em particular. Uma vez mais, tratava-se de uma questão para os serviços de informação.

Em relação ao caso de Maher Arar, insistiu em que o mesmo foi simplesmente expulso por um tribunal da imigração.

O Sr. Bellinger admitiu que caso se viesse a provar ter havido um erro, tal teria sérias consequências.

Afirmou que o artigo 3º da Convenção contra a Tortura (CCT) não é juridicamente vinculativo para casos fora dos Estados Unidos, apesar de a legislação dos EUA ser mais ampla. Entre os diferentes regimes jurídicos, a lei é interpretada sob diferentes perspectivas (os tribunais europeus e americanos não fazem, nem sequer partilham de uma mesma interpretação).

Admitiu que o governo dos EUA talvez não tivesse conduzido o diálogo da forma adequada e, no tocante às entregas extraordinárias, não quis confirmar os três ou quatro casos mais conhecidos

Concluiu a sua declaração reconhecendo que Guantánamo era uma causa importante de preocupação para os EUA, mas acrescentou que, infelizmente, não havia soluções boas para este problema.

\* \* \*

*De seguida, a delegação dividiu-se para acompanhar nomeações de membros do Congresso que ocorriam simultaneamente.*

– **UNIÃO AMERICANA DAS LIBERDADES CÍVICAS (ACLU)**

Parte da delegação teve um almoço de trabalho com **Steven M. WATT**, *advogado da organização*, **Ann BEESON**, *directora legal associada*, e **Chris ANDERS**, *Conselho Legislativo*, que representavam o Grupo de Trabalho "Direitos Humanos" da ACLU.

*É de assinalar que Steven Watt e Ann Beeson representam El-Zari e Agiza, bem como El-Masri nas diferentes acções judiciais empreendidas pelos seus clientes nos EUA, que processaram George Tenet e uma das suas "empresas fantasmas" utilizadas pela CIA*



*para as alegadas acções de entrega e transporte extraordinários de prisioneiros.*

Apresentaram informação técnica sobre as questões jurídicas pendentes no caso, a saber, se "o privilégio de segredo do Estado" era ou não aplicável, sendo que, em caso afirmativo, o governo dos EUA pode recusar apresentar documentos secretos em tribunal e, por conseguinte, suspender qualquer acção judicial. O mesmo argumento já fora utilizado no caso de Maher Arar.

Aparentemente, a frase "entregas extraordinárias" de facto tinha sido um termo originalmente cunhado pelos média nos EUA. De facto, um termo mais apropriado seria "entregas ilegais", tanto nos casos em que os EUA supostamente entregaram um indivíduo a uma prisão dirigida pela CIA ou em que a CIA supostamente entregou um prisioneiro a outro governo, mantendo não obstante algum controlo sobre o processo de interrogatório. Segue-se que o termo "entrega legal" (as levadas a efeito antes de 9 de Setembro) devia ser utilizado para procedimentos de extradição ou mandatos de detenção executados em conformidade com a lei.

Foram feitas diversas referências à "reforma dos Negócios Estrangeiros e da lei de reestruturação", adoptadas pelo Congresso em 1998, em virtude das quais, à luz da interpretação que faziam, o governo dos EUA está proibido de executar entregas contra o disposto no artigo 3º da CCT em qualquer parte do mundo, dentro ou fora dos EUA.

Foi igualmente explicado que outras agências ou serviços da administração norte-americana estavam envolvidos no processo, alguns do Departamento de Justiça e do Departamento de Segurança Nacional.

\* \* \*

#### – **CONGRESSO DOS EUA**

Parte da delegação deslocou-se a Capitol Hill para se encontrar com o Senador SPECTER e, depois, com o Senador DURBIN.

**O Senador Arlen SPECTER** (Republicano - Pensilvânia), presidente, Comité Judicial do Senado.

*O Senador Spector foi o único membro do Partido Republicano no Congresso que tomou a iniciativa de se encontrar com a delegação, na sequência do cancelamento por Pete HOEKSTRA, presidente do Comité Permanente da Câmara dos Representantes para a Supervisão dos Serviços de Informação.*

*O comité de supervisão do sistema judicial é responsável pela audição de confirmação dos candidatos à direcção da CIA, a saber, actualmente, General Michael V. HAYDEN, proposto pelo Presidente BUSH para substituir Porter J. GOSS.*

O Senador SPECTER sublinhou que a legislação dos EUA proíbe a tortura e reconheceu que, neste contexto, as entregas extraordinárias poderiam ser encaradas como um risco.

Referiu igualmente a existência de divergências entre o poder executivo e o legislativo, que por seu turno criam tensões entre estes dois poderes. Com efeito, a prática presidencial de produzir proclamações de interpretação ao assinar as leis aprovadas pelo Congresso (em particular, a alteração à lei McCain) ilustra esta situação. Caso alguma vez se venha a provar que houve violações dos Direitos do Homem, os culpados serão julgados.

Quanto aos Estados Unidos, expressou depositar confiança na capacidade de o sistema judicial aplicar a lei.

**Senador Richard DURBIN** (Democrata - Illinois), membro, Comité Judicial.

O Senador DURBIN reconheceu que, desde a invasão do Iraque, os Estados Unidos tinham de facto perdido apoio em todo o mundo na sua luta contra o terrorismo.

Apelou para o reforço de cooperação entre os serviços de informação de ambos os lados do Atlântico e para o reforço das suas capacidades.

O Senador Durbin fez referência à alteração à lei McCain que proíbe a tortura, sublinhando ao mesmo tempo que o Vice-Presidente CHENEY havia declarado que não deve ser aplicada aos serviços de informação.

Expressou preocupação quanto à situação em Guantánamo e interrogou-se sobre o que seria feito dos detidos caso o centro viesse alguma vez a ser encerrado. No seu entender, os detidos deveriam ser julgados e encarcerados legalmente, "porque não se devem utilizar os mesmos métodos que os dos inimigos".

Reiterou, contudo, que tal não era uma prioridade para a população americana.

Sublinhou que o Vice-Presidente CHENEY e o Secretário de Estado da Defesa, RUMSFELD, estavam obcecados com a acção preventiva. Presentemente, davam mais atenção ao Irão do que ao Iraque, enquanto, na sua opinião, procurar uma solução não militar para o Irão poderia ser uma oportunidade de restaurar uma boa cooperação com a Europa.

Concluiu expressando a sua convicção de que, apesar das diferenças, os Estados Unidos e a Europa compartilham valores comuns, que devem ser defendidos à escala global contra a ameaça real do terrorismo, mesmo que os meios utilizados pela Administração BUSH não sejam os melhores.

*Parte da delegação estava igualmente em reunião com o membro do Congresso, ED MARKEY.*

**Membro da Câmara dos Representantes Ed MARKEY** (Democrata - Massachusetts), membro, Comité da Câmara dos Representantes para a Segurança Nacional.

O membro da Câmara dos Representantes, Ed MARKEY, expressou a opinião segundo a qual, no âmbito de relações transatlânticas, é essencial que os EUA e a UE unam forças.

Fez referência ao caso de Maher Arar e à explicação antes dada pelo Sr. Bellinger, nos termos da qual se tratou apenas de uma expulsão levada a efeito pelo Ministério da Imigração. O membro da Câmara dos Representantes, Markey, considerou que a actual impopularidade de Bush se devia ao abuso de poder por parte da sua administração.

Quando instado a comentar a derrota imposta no Congresso, pela maioria republicana, à sua iniciativa de uma lei sobre entregas para evitar entregas ilegais, indicou simplesmente que tal acontecera "em solidariedade para com o Presidente". Traçou de seguida em breves linhas a sua Lei sobre as Entregas, indicando abertamente que esta iniciativa continha regras claras quanto à proibição de gerir locais secretos e de manter prisioneiros recorrendo à prática da "detenção em situação de incomunicável", inspirando-se no buraco negro actualmente existente na legislação norte-americana nesta matéria.

\* \* \*

*Toda a delegação se reuniu de seguida com o ex-director da CIA, [1993-1995] James WOOLSEY.*

**James WOOLSEY** não quis ou não pôde comentar as alegadas acções conduzidas pela CIA depois do seu mandato.

Não obstante, sublinhou que se podia considerar que todos os serviços de informações violam a legislação e a soberania dos países estrangeiros em que empreendam operações.

No seu entender, existem contudo boas relações com os aliados europeus em matéria de serviços de informações. Esta boa cooperação assenta numa base bilateral, porque uma cooperação multilateral neste contexto não é de modo algum útil. Acrescentou que não acredita na partilha de informações secretas, uma vez que os serviços secretos nunca ofereceram informações sem ser para obter algo em troca.

#### *Sexta-feira, 12 de Maio de 2006*

A delegação reuniu-se com dois grupos de reflexão para uma discussão de painel, a saber, o American Legislative Exchange Council e o Centro para o Progresso Americano.

- **O AMERICAN LEGISLATIVE EXCHANGE COUNCIL** esteve representado por **David RIVKIN**, *Associado, Baker & Hostetler LLP*, Olivier GUITTA, *Consultor*, e por **Sally McNAMARA**, *directora de projecto para as relações internacionais*.

A principal mensagem veiculada foi a de que a aliança entre os Estados Unidos e a Europa não deve ser posta em risco, porque a ameaça global do terrorismo exige uma cooperação estreita e decisiva, o que podia ser posto em risco pela questão sob investigação pelo Conselho da Europa e o Parlamento Europeu.

As entregas são neste contexto um instrumento legítimo, enquanto a tortura ou o envio de pessoas para países em que é altamente provável que a tortura seja utilizada devem ser

excluídos. Até à data, não existia qualquer prova concreta de tais acções.

Sublinharam igualmente que toda a questão é basicamente uma questão da competência do Congresso dos EUA e não de um parlamento estrangeiro.

Seguidamente, salientaram que muitas disposições jurídicas europeias que visam fazer face à ameaça terrorista são, no mínimo, tão rigorosas quanto as disposições americanas, como a Lei Patriota. Sublinharam que, se os Estados Unidos fossem obrigados a comentar operações específicas, claramente, também teriam de divulgar qualquer participação de serviços de informação estrangeiros aliados, o que poderia ser potencialmente embaraçoso e mesmo prejudicar a eficácia das operações.

– **CENTRO PARA O PROGRESSO AMERICANO**

O Centro para o Progresso Americano esteve representado por **Morton H. HALPERIN**, *Senior Fellow e Director da Iniciativa para a Segurança e a Paz*, **Lawrence J. KORB**, *Senior Fellow*, **Peter RUNDLETT**, *Vice-Presidente para a segurança nacional*, e **Ken GUDE**, *Director associado, Programa "Responsabilidades e direitos internacionais"*.

Não houve qualquer tentativa para negar que a maioria dos detidos no âmbito da luta contra o terrorismo representam uma ameaça. Contudo, sublinharam a necessidade de que os mesmos sejam tratados de acordo com um sistema judicial que garanta um mínimo de direitos fundamentais. Uma alternativa possível consistiria em desenvolver um sistema de vigilância de suspeitos baseado na boa coordenação entre serviços.

Tendo sido informada de potenciais ameaças de terrorismo pela administração anterior, a actual administração tinha decidido empreender a via militar. Os indivíduos acusados de fomentar os ataques contra o World Trade Center em 1993 tinham sido julgados por um tribunal civil. Em Agosto de 2001, o anterior director da CIA, TENET, fora avisado da ameaça terrorista, mas nenhuma medida foi tomada. Tal levou a que a reacção a seguir ao 9 de Setembro fosse tão desproporcionada.

Foi posta em causa a capacidade de o Congresso conseguir responsabilizar os serviços de informações e outros órgãos da administração, em parte devido ao desinteresse do eleitorado e à oposição democrática, que joga pelo seguro.

\* \* \*

O Presidente e o relator mantiveram outros contactos de natureza confidencial.

De acordo com estes interlocutores, era impossível que a CIA não tivesse pelo menos informado os serviços homólogos em cujo território tinha operado, mas, simultaneamente, era possível que nem todos os governos europeus tivessem conhecimento dessas acções, empreendidas pelos seus próprios serviços.

C. **Conclusões. Avaliação**

O Presidente, Carlos COELHO, e o relator, Claudio FAVA, realizaram uma conferência de imprensa em Washington em 11 de Maio de 2006, nas instalações da Delegação da Comissão Europeia, onde formularam as principais conclusões da visita da delegação.

No anexo 3 figura uma transcrição completa desta conferência de imprensa, incluindo

uma alocução introdutória do Presidente, Carlos Coelho.  
A Comissão TDIP realizou uma troca de pontos de vista sobre os resultados da visita em 15 de Maio de 2006, em Estrasburgo. A 17 de Maio de 2006, o Presidente, Carlos Coelho, realizou outra conferência de imprensa para proferir uma declaração suplementar, a qual figura no anexo 4.

\* \* \*  
\*



## The TDIP Committee delegation to the USA List of participants

### MEPs

- **Bureau**

- |    |                               |                   |
|----|-------------------------------|-------------------|
| 1. | <b>COELHO</b> Carlos          | Chairman          |
| 2. | Baroness <b>LUDFORD</b> Sarah | Deputy Chairwoman |
| 3. | <b>ÖZDEMİR</b> Cem            | Deputy Chairman   |

- **Rapporteur**

4. **FAVA**, Giovanni Claudio

- **Political Groups:**

- |     |                 |  |
|-----|-----------------|--|
| 5.  | EPP-ED:         | <b>GAWRONSKI</b> Jas                       |
| 6.  | EPP-ED:         | <b>SALAFRANCA SÁNCHEZ-NEYRA</b> J. Ignacio |
| 7.  | PSE:            | <b>KREISSL-DÖRFLER</b> Wolfgang            |
| 8.  | ALDE/ADLE:      | <b>CHIESA</b> Giulietto                    |
| 9.  | GREENS/AFE/ALE: | <b>LAMBERT</b> Jean                        |
| 10. | GUE/NGL:        | <b>CATANIA</b> Giusto                      |
| 11. | UEN             | <b>SZYMAŃSKI</b> Konrad                    |
| 12. | IND/DEM:        | <b>PIOTROWSKI</b> Mirosław                 |
| 13. | Non attached:   | <b>HELMER</b> Roger                        |

### STAFF

- **TDIP Committee secretariat:**

1. NÉMOZ-HERVENS François, Head of the Secretariat
2. MAURIN DE FARIÑA Christian, Administrator

- **Political Groups Advisers/Assistants:**

3. SPEISER Michael Alex (EPP-ED)
4. TUSAR Anita (PSE)
5. RASMUSSEN Anders (ALDE)
6. ROBERT Jean-Luc (Greens)
7. TAMBURINI Chiara (GUE/NGL)
8. DI SIMONE Valentina (FAVA)

- **Interpreters**

9. COLGAN Kenneth
10. RIBOLDI Livia
11. VENTURI Annalisa

- **Press service**

12. ANDRÉS MARÍN María

**Council of Europe** (Parliamentary Assembly)

13. SIMPSON Gavin, Legal Affairs and Human Rights Committee [staff]





**Detailed Program  
Visit of the  
TDIP Temporary Committee of the European Parliament  
Washington, D.C.  
8 May through 12 May 2006**

**Monday 8 May**

**Afternoon** Arrival to Dulles International Airport

*Transfer to hotel individually by taxi*

**19:00** **Cocktail with H.E. John Bruton**  
Head of Delegation  
Delegation of the European Commission in Washington  
M Street Hotel Renaissance Marriott

**Tuesday 9 May**

**8:30 – 10:00** Internal Working Breakfast for entire TDIP Delegation  
Dining Room of the Renaissance Hotel

*10:30 Short walk to EU Commission Delegation Office*

**11:00 – 15:00** **Meetings Location:**  
  
Delegation of the European Commission  
Press Room, Ground Floor  
2300 M Street, N.W.  
Washington, D.C. 20037

**Meeting with:**

**11:00** **Scott Horton, Chair, Committee on International Law;**  
New York City Bar Association;  
Adjunct Professor, Columbia Law School;  
Partner, PATTERSON, BELKNAP, WEBB & TYLER LLP  
**Margaret L. Satterthwaite, Assistant Professor of Clinical Law &  
Faculty Director**  
Center for Human Rights & Global Justice  
New York University School of Law

**Lunch** Break for free lunch

**Meeting with:**

**14:00** **Barbara Olshansky, Director and Counsel**  
Guantanamo Global Justice Initiative  
Deputy Legal Director for the Center for Constitutional Rights

**15:00** **Elisa Massimino, Director of the Washington, D.C. Office**  
Human Rights First

Washington Office

*18:00 Transfer from Hotel to Residence via bus service*

**18:00 – 20:00 Europe Day Reception**

**Hosted by Ambassador John Bruton and  
Mrs. Finola Bruton**  
EU Residence  
2534 Belmont Road, N.W.  
Washington, D.C. 20008

*20:30 Transfer from Residence to Hotel via bus service*

**Wednesday 10 May**

**8:45** Internal Working Breakfast for entire TDIP Delegation

*9:45 Short walk to EU Commission Delegation Office*

**10:00 – 12:30 Meetings Location:**

Delegation of the European Commission  
Press Room, Ground Floor

**Meeting with:**

**10:00 – 11:00** **Angela Colaiuta, Center for Victims of Torture**  
**John Bradshaw, Open Society Policy Center**  
**Smita Baruah, Physicians for Human Rights**  
**Jumana Musa, Advocacy Director for Domestic Human Rights and**  
**International Justice**  
Amnesty International

**11:00 - 12:30** **Jonathan Sifton, Counterterrorism Researcher**  
**Jennifer Daskal, US Advocacy Director**  
Human Rights Watch

**Lunch** Break for free lunch

*14:15 Transfer from Delegation to Capitol Hill via bus service*

**15:00 Meeting with:**

**Representative Robert Wexler (D-Florida)**  
**Rayburn House Office Building Room 2255**

15:45

*Transfer from Capitol Hill to Hotel via bus service*

**Thursday 11 May**

**9:00** Internal Working Breakfast for entire TDIP Delegation  
*Room to be confirmed of the Renaissance Hotel*

**10:00** *Transfer from Hotel to Department of State via bus service*

**10:30** *Greeted by: John Robinson, Political Officer, State Department*

**10:45 – 12:00** **Meeting with:**  
  
**Dan Fried, Assistant Secretary of State,  
Bureau of European and Eurasian Affairs  
John Bellinger, Legal Adviser, Office of the Legal Adviser  
US Department of State  
2201 C Street N.W.  
Washington, D.C. 20510  
Room 6909**

**12:15** *Transfer from Department of State to Delegation via bus*

**12:30** **Meeting Location:**  
  
Delegation of the European Commission  
Press Room, Ground Floor

**Working Lunch and Meeting with:**  
  
**Steven M. Watt, Staff Attorney  
Ann Beeson, Associate Legal Director  
Chris Anders, Legislative Counsel  
Human Rights Working Group  
American Civil Liberties Union**

**13:00** **Meeting with:**  
  
**Senator Arlen Specter (R) Pennsylvania  
Hart Senate Office Building 711**

**14:00** *Transfer from Delegation to Capitol Hill via bus*

**14:30** **Meeting with:**  
  
**Senator Richard Durbin (D) Illinois  
Capitol Building S-321**

15:00

**Meeting with:**

**Congressman Ed Markey (D) Massachusetts  
Rayburn House Office Building Room 2255**

*Transfer from Capitol Hill to Delegation via bus*

16:30

**Meeting with: (at European Commission Delegation)**

**James Woolsey (Former CIA Director 1993-1995)**

17:30

**Press Conference with:**

**Chairman Carlos Coelho and Rapporteur Claudio Fava**

Arranged by:

María Andrés Marin, Press Service, TDIP Committee

Kasper Zeuthen, Commission Delegation

18:45

*Transfer from Hotel to Austrian Ambassador's Residence via bus*

19:00

**Cocktail Reception**

**Hosted by Austrian Ambassador Eva Nowotny**

Austrian Ambassador's Residence

2419 Wyoming Avenue, N.W.

Washington, D.C. 20008

20:30

*Transfer from Austrian Ambassador's Residence to Hotel via bus*

**Friday 12 May**

8:30

Internal Working Breakfast for entire TDIP Delegation  
Dining Room of the Renaissance Hotel

9:00

*Short Walk to EU Commission Delegation*

9:30 – 11:30

**Meetings Location:**

Delegation of the European Commission

Press Room, Ground Floor

**Panel Discussion with:**

9:30 - 10:30

**David Rivkin, Partner, Baker & Hostetler LLP**

**Olivier Guitta, Consultant**  
**Sally McNamara, International Relations Project Director**  
American Legislative Exchange Council

**10:30 – 11:30**

**Panel Discussion with:**

**Morton H. Halperin, Senior Fellow and**  
**Director of the Security and Peace Initiative**  
**Lawrence J. Korb, Senior Fellow**  
**Peter Rundlet, Vice President for National Security**  
**Ken Gude, Associate Director,**  
**International Rights and Responsibilities Program**  
The Center for American Progress

**Afternoon**

Departure of the TDIP Delegation



**A DELEGAÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA NOS  
ESTADOS UNIDOS**

**CONFERÊNCIA DE IMPRENSA**

**COM  
CARLOS COELHO,  
E  
CLAUDIO FAVA,**

**11 De MAIO DE 2006**

*Transcrição feita por:  
Federal News Service  
Washington, D.C.*

MARIA ANDRÉS (Serviço de Imprensa do Parlamento Europeu) Sejam bem-vindos! Temos hoje aqui presente a Delegação da Comissão. Como sabem, um grupo de 13 membros da Comissão Temporária Sobre a Alegada Utilização pela CIA de Países Europeus para o Transporte e a Detenção Ilegal de Prisioneiros chegou na última segunda-feira para realizar uma série de reuniões com membros do governo norte-americano, membros do Congresso, ONG e grupos de reflexão. Permitam-me que vos apresente o presidente da delegação, Carlos Coelho, e o nosso relator, Claudio Fava, que tirarão as primeiras conclusões sobre os resultados destas reuniões.

Sr. Coelho, queira usar da palavra.

### **Declaração de Carlos COELHO, Presidente da Comissão TDIP**

*CARLOS COELHO: Boa tarde, senhoras e senhores. Muito obrigado pela vossa presença. Como presidente desta comissão temporária do Parlamento Europeu sobre o transporte e a detenção ilegal de prisioneiros, gostaria de fazer uma primeira avaliação desta visita a Washington. Permitam-me, antes de mais, agradecer a todos os interlocutores que aceitaram encontrar-se com a nossa delegação: advogados, jornalistas, ONG, membros do Congresso e de parte da Administração, o Vice-Secretário de Estado, Dan Fried, e o conselheiro jurídico do Departamento de Estado, John Bellinger, sem esquecer o ex-director da CIA, James Woolsey, com quem acabámos de ter uma reunião.*

*O objectivo desta deslocação aos Estados Unidos era, antes de mais, empreender um diálogo com os nossos amigos americanos, a fim de fazer um pouco mais de luz sobre a alegada prática que estamos encarregados de investigar. Congratulamo-nos com a prontidão demonstrada pelos membros da Câmara dos Representantes, Robert Wexler e ED Markey, e os senadores Richard Durbin e Arlen Specter em cooperar connosco, mas também lamentamos que mais nenhum membro do Congresso, da actual ou da anterior administração tenha aceite ou estado em condições de se reunir com a nossa delegação quando formulámos pedidos nesse sentido. Tal não contribuiu para uma compreensão recíproca dos pontos de vista de ambas as partes, nem para a necessária renovação dos votos comuns que, se supõe, partilharmos em ambos os lados do Atlântico.*

*Permitam que refira e reitere o nosso apego, enquanto europeus, aos princípios fundamentais do Estado de direito, à protecção dos Direitos do Homem em quaisquer circunstâncias e aos valores democráticos. Todos eles são, em nosso entender, condição prévia fundamental para uma luta bem sucedida contra o terrorismo, que permanece uma das prioridades principais a nível global. Uma estreita cooperação entre a Europa e a América é de facto primordial para vencer o flagelo do terrorismo e do extremismo e também somos sensíveis a este voto, constantemente reiterado pelos nossos parceiros americanos. Mas esta cooperação deveria ser feita em total transparência e evitando recorrer a práticas semelhantes às que são precisamente utilizadas por terroristas e que só podem levar ao ódio e à perpetuação deste fenómeno.*

*Agradeço a vossa atenção e convido agora o nosso relator, Claudio Fava, a fazer a sua própria avaliação antes de passarmos ao período de perguntas.*

CLAUDIO FAVA: Obrigado a todos. Obrigado pela vossa presença. Peço-vos desculpa por preferir falar em italiano, mas disporão da tradução imediatamente. Todas as palavras e conceitos sobre esta questão são muito sensíveis.

Concordo com as observações preliminares feitas pelo presidente. Congratulamo-nos com o espírito de amizade e cooperação com que fomos recebidos pelos americanos durante a nossa visita e também nos felicitamos por partilharmos o forte empenho manifestado por ONG, jornalistas, advogados e membros do Congresso dos EUA sobre a questão dos Direitos do Homem. Todos estamos de acordo em que é muito difícil conciliar o problema do combate ao terrorismo, protegendo simultaneamente os Direitos do Homem.

Também nos congratulamos com a atitude franca com que a administração dos Estados Unidos, na pessoa de John Bellinger, do Departamento de Estado, aceitou em reunir-se connosco e responder às nossas perguntas. Penso ser igualmente apropriado destacar uma questão importante que surgiu na nossa conversa com o Sr. Bellinger e que também será referida na conferência de imprensa desta tarde. John Bellinger declarou, correctamente, que o Parlamento Europeu não tem jurisdição sobre o governo dos EUA. Não somos decerto um tribunal, mas recebemos um mandato da nossa instituição para tentar encontrar a verdade sobre o que aconteceu na Europa e sobre o que aconteceu a certos cidadãos europeus e pedimos informações e opiniões sobre certos casos específicos que a nossa comissão está agora a examinar. Registámos o "sem comentários" que por vezes recebemos como resposta.

O Sr. Bellinger apresentou-nos hoje dois pontos de vista que respeitamos, mas com os quais pessoalmente não concordo. O primeiro é que os Estados Unidos estão em estado de guerra e que o direito internacional não prevê um quadro apropriado, que as entregas são necessárias porque as pessoas em causa não cometeram qualquer crime ao abrigo da lei dos Estados Unidos, e poder-se-ia argumentar que isso talvez tivesse sido necessário.

O segundo diz respeito à Convenção da ONU contra a tortura e sua interpretação, particularmente a parte que proíbe a extradição para países em que haja risco de ocorrência de tortura. O Departamento de Estado considera que isso se aplica apenas a transferências a partir dos Estados Unidos. Tenho dúvidas sobre isso, tanto do ponto de vista legal como moral. Tivemos a confirmação de que aviões da CIA percorreram o espaço aéreo europeu e descolaram e aterraram em aeroportos europeus, e o Departamento de Estado considera que se trata de voos civis abrangidos pela cooperação com países europeus na guerra contra o terrorismo. O Sr. Bellinger diz que o facto de haver muitos voos é positivo, porque é um bom sinal da cooperação entre o governo dos Estados Unidos e os seus parceiros europeus na batalha contra o terrorismo. Gostaríamos de dispor de mais informações e mais transparência quanto ao objectivo dos referidos voos.

Tivemos a confirmação, por parte de jornalistas e outras fontes, da pressão considerável exercida pela Casa Branca sobre jornais e canais de televisão, em particular, ao solicitar que não refiram os nomes de certos países europeus nos seus relatórios. Ao mesmo tempo, tanto sobre estas como sobre outras questões, vemos que está a decorrer um debate considerável no próprio Congresso, o que acho - e penso que posso falar em nome de todos os meus colegas aqui presentes - muito positivo. É bom que se esteja a realizar um debate vivo, não só nos média norte-americanos, mas também nas instituições dos Estados Unidos.

Gostaria de terminar agradecendo a todos os que nos receberam, e ainda, de dizer que estou certo de que aprendemos uma série de coisas que serão extremamente úteis para o nosso trabalho no futuro. Fico agora à espera das vossas perguntas.

P: *Jornal alemão Tageszeitung*: Foi alguma vez abordada a questão do número de voos? Poderia falar-nos deste aspecto?

SR. FAVA: Falámos sobre centenas de voos - que, possivelmente, ascendem mesmo a um milhar, cifra que obtivemos de várias fontes - mas nunca por nunca dissemos que havia milhares de prisioneiros a bordo dos mesmos. Falámos sobre casos concretos de entregas ocorridas em voos da CIA; poderão encontrar informações sobre este aspecto no relatório intercalar que publicámos. Chegámos ao número elevado de voos a partir de várias fontes. Uma fonte foi o governo do Estado-Membro europeu em causa ou os respectivos organismos de controlo aéreo. Por exemplo, o governo do Reino Unido admitiu que mais de 70 aviões da CIA haviam descolado ou aterrado em aeroportos no período em causa, e o organismo de controlo aéreo alemão afirmou que tinha havido mais de 470 voos de companhias aéreas relacionados com a CIA. Em particular, baseámo-nos na informação ad hoc prestada pelo EUROCONTROL sobre registos e números de voos e aviões que pensamos ter sido utilizados pela CIA.

Em suma, estamos perante um número de voos, de descolagens e aterragens muito elevado, facto que foi reconhecido por John Bellinger, que afirmou ser altamente provável que, depois do 9 de Setembro, a cooperação tenha aumentado, assim como o número de voos. Ora, temos o dever de fazer certas perguntas que, em certos casos, são as mesmas que certas organizações não governamentais e certas sociedades de advogados têm vindo a formular. Por exemplo, qual era o objectivo do voo nº N-313P do Boeing 737, que foi indiscutivelmente utilizado para uma entrega e que fez vários voos entre Kabul e Guantánamo, fazendo pelo caminho paragens na Polónia, na Roménia ou em Marrocos? Não pensamos que se trataram apenas de paragens para reabastecimento.

P: *Canal televisivo NTV*: Parece que, por um lado, os Estados Unidos se recusam a cooperar com os senhores e, por outro lado, parece existir uma certa cooperação entre os Estados Unidos e alguns países europeus, que por sua vez se recusam a cooperar com os senhores. Como é um problema fundamental, o que poderão fazer relativamente aos países europeus não dispostos a colaborar? Poderá eventualmente haver algumas sanções?

SR. FAVA: Não cremos que tenha havido até agora falta de cooperação por parte de governos europeus. Vamos analisar os factos juntos quando o nosso trabalho terminar, o que não acontecerá antes do fim deste ano. Também esperamos uma resposta positiva no sentido de nos podermos reunir com os chefes dos serviços secretos da Alemanha e da Espanha e talvez possamos alargar esse pedido para abranger outros países envolvidos nas questões que estamos a analisar. Acabamos de regressar de uma visita à antiga República Jugoslava da Macedónia que foi extremamente útil – tivemos reuniões com as pessoas mais diversas, incluindo o próprio Presidente da República, o Ministro dos Assuntos Internos, o chefe dos serviços secretos e o presidente da comissão parlamentar de inquérito.

No final do nosso trabalho será fornecida uma avaliação final das informações que

recebemos, mas penso que desde já podemos afirmar que somos um tanto ou quanto incómodos, e que esse incómodo assume forma, por escrito, no relatório intercalar que será debatido em Bruxelas nos próximos dias.

P: *Agência noticiosa do Kuwait*: Gostaria de saber como caracterizaria a reunião que tiveram hoje no Departamento de Estado? Em segundo lugar, disse que não concorda com alguns dos pontos de vista referidos hoje por funcionários do governo norte-americano, em particular, o de que as entregas são necessárias e que os EUA estão em estado de guerra. Com que aspecto é que não concorda e porquê?

SR. FAVA: Constatámos que, em certas questões, não somos só nós mas também membros do Congresso dos EUA que nem sempre concordam com a posição do Conselho no Departamento de Estado. E a reunião que hoje tivemos com o membro do Congresso, Markey, foi extremamente útil e muito esclarecedora. Uma vez que o Congresso dos Estados Unidos está a discutir a possibilidade de proibir as entregas extraordinárias e proibir a transferência de pessoas para países onde sejam susceptíveis de ser submetidas a tortura, o debate não está a ter lugar unicamente na nossa delegação mas também no Congresso dos EUA. Mas deparámo-nos obviamente com pontos de vista diferentes - diametralmente opostos aos nossos -, bem como com posições diferentes. Permita-me que lhe dê um exemplo específico à luz do caso do Sr. Al-Masri.

O Sr. Markey disse-nos que decidira manifestar-se contra as entregas extraordinárias quando descobriu que um dos seus constituintes, o Sr. Arah (ph), tinha sido detido e posto num voo da CIA com destino à Síria. Mas quando abordámos o mesmo caso com o Sr. Bellinger, este disse que não se tratava de um caso - o caso do Sr. Arah - de entrega extraordinária; tratava-se de uma mera decisão administrativa tomada por um tribunal da imigração.

P: *Al Jazeera International*: Disse que a UE não tem jurisdição sobre os EUA: gostaria de saber, afinal, independentemente das vossas conclusões finais, o que podem os senhores fazer com esses resultados, pelo menos, em termos do que os EUA fizeram com os voos? Em segundo lugar, será que estes voos se continuam a verificar? Ainda estão a ter lugar?

SR. FAVA: O nosso relatório conterá propostas que afectam a União Europeia - os Estados-Membros, os países candidatos e os países associados. É possível que o relatório contenha sugestões relativas a formas de cooperação mais transparentes entre os serviços secretos da União Europeia e dos Estados Unidos e, eventualmente, uma sugestão no sentido de uma interpretação, ou antes, de uma aplicação mais restritiva da Convenção de Chicago. Como sabe, a Convenção de Chicago abrangeria unicamente a aviação civil e os voos civis utilizados para fins policiais. Pensamos que os voos da CIA - ou melhor, a definição de um voo da CIA - poderia ser alargada para também cobrir os voos civis da polícia. Em caso nenhum destas centenas de voos registados foi possível descobrir os nomes da tripulação, os nomes dos passageiros e, às vezes, mesmo do aeroporto de que partiam.

P: Sr. Coelho, no início lamentou que nenhum outro membro do Congresso se tenha reunido com os senhores. Significa isso que, depois da semana que aqui passaram, os legisladores americanos estão menos preocupados com estes voos para entrega e tortura do

que as pessoas na Europa?

SR. COELHO: Não quero fazer comentários sobre se há menos preocupação aqui do que na Europa. Posso fornecer a lista dos membros do Congresso com os quais pedimos audiência mas que declinaram o convite, mas penso, sinceramente, que cada caso deve ser visto isoladamente. Talvez haja pessoas que não têm qualquer tempo livre na sua agenda de trabalho desta semana, ou porque não estavam em Washington ou porque já tinham uma agenda completa. Talvez haja pessoas, sem pretender ter qualquer conhecimento disso, que não sintam a necessidade ou o interesse de se reunirem connosco. Talvez, digo-o de maneira mais maliciosa, haja pessoas que sabem demasiado e não querem partilhar o que pensam sobre a questão. Ou talvez haja pessoas que querem esconder alguma coisa. Não sei. Não tenho dados suficientes para conjecturar sobre cada caso. Devo respeitar o facto de não terem tempo ou vontade de se reunirem connosco, mas ao mesmo tempo que respeito a sua decisão, também a lamento.

P: Indicaram que, nas reuniões que tiveram com Bellinger, este afirmou que, tanto quanto é do seu conhecimento, os voos de entrega extraordinária não aconteceram com voos a partir dos Estados Unidos. Significa isso que os EUA não negam que estes voos tiveram lugar na Europa? Não sei se compreendi o que disseram.

SR. FAVA: O Sr. Bellinger não negou a existência de um grande número de voos da CIA e, como eu já referi, disse-o como sendo uma coisa positiva, que revela que a cooperação entre os dois lados tem aumentado nos últimos tempos. Quanto às perguntas concretas sobre os voos de transporte de prisioneiros, não confirmou nem negou e quando referimos casos específicos não fez qualquer comentário, indicando que a política do Departamento de Estado é não comentar casos específicos.

P: Primeiro, gostaria de saber como foram as vossas reuniões com as ONG? Segundo, discutiram o caso do Sr. Al-Masri nas vossas reuniões?

SR. FAVA: Reunimo-nos com várias ONG: também nos reunimos com algumas em Bruxelas, a Human Rights Watch, a Amnistia Internacional, a Human Rights First e a União Americana das Liberdades Cívicas. Pessoalmente, considero que o trabalho levado a cabo pelas ONG nos últimos meses no que se refere a eventuais entregas ilegais tem sido precioso, e isso inclui efectivamente o caso do Sr. Al-Masri, mas não é o único caso.

P: *NewsMax*: Poderiam dizer-nos se, em Nova Iorque, se reuniram em particular com ex-funcionários do governo dos EUA como fontes de informação? Mencionaram que o EUROCONTROL está a fornecer os registos dos voos, mas será que os senhores também se reuniram com antigos membros da CIA ou ex-funcionários do governo dos EUA como fontes para estas investigações?

SR. FAVA: Não, não nos reunimos com quaisquer representantes do governo dos EUA na Europa. Achámos que o melhor lugar era aqui.

SR. COELHO: Propusemos uma reunião com o chefe da NATO em Bruxelas, na qual se teria analisado a política dos Estados Unidos, e acabamos de ter uma reunião com James Woolsey, que foi director da CIA entre 1993 e 1995, relativamente a actuais funcionários dos serviços secretos. Já nos reunimos com o director dos serviços secretos italianos, General Pollari. E como o Sr. Claudio Fava, o nosso relator, já disse, foram formulados pedidos para

nos reunirmos com os homólogos deste, seja do governo espanhol seja do governo alemão.

Não vos escondo que, provavelmente, alguns membros da comissão mantêm, a título pessoal, contactos com antigos agentes secretos dos países europeus, mas não são contactos feitos pela comissão, pelo que não se estão a realizar reuniões entre toda a comissão e antigos agentes, mas, naturalmente, cada deputado tem suas próprias fontes, assim como vocês jornalistas têm as vossas próprias fontes, tenho a certeza, e do mesmo modo que os senhores não vão partilhar as vossas fontes comigo, eu não vou partilhar as minhas fontes com os senhores! Muito obrigado.

P: Duas perguntas. Voltam para a Europa com mais informações oficiais do que as que tinham antes da vinda aos Estados Unidos? Segunda pergunta: pediram para se reunir com algum funcionário da CIA ou com algum ex-funcionário da CIA?

SR. FAVA: Tínhamos solicitado uma reunião com o então chefe da CIA, Porter Goss, mas este demitiu-se e como, de qualquer modo, não recebemos qualquer resposta da sua parte, sentimos que não nos era realmente possível, dado o prazo de que dispúnhamos, reiterar o pedido de reunião com o novo chefe da CIA, apenas um ou dois dias depois da sua tomada de posse. Voltamos para a Europa com informações preciosas e consideramos que mesmo um "sem comentários" pode ser interpretado como precioso elemento de informação.

E também pensamos que a confirmação pormenorizada que tivemos sobre as pressões exercidas pela Casa Branca sobre jornalistas para não nomearem certos países europeus é um ponto extremamente importante para o nosso trabalho. Mas também tivemos a confirmação de que a atenção, de um ponto de vista moral, político e ético, que a comissão está a dar a algumas vítimas de entrega extraordinária não é uma excentricidade do Parlamento Europeu. Penso que é muito importante saber, por exemplo, como nos foi indicado hoje mesmo à tarde, que o projecto de lei que proíbe as entregas a países onde a tortura possa ser praticada deriva da experiência directa do Sr. Markey com o seu constituinte, o Sr. Arah.

P: *Agência noticiosa ITAR-TASS*: Nos primeiros relatórios de imprensa surgidos, foram mencionadas algumas das antigas repúblicas da URSS relativamente aos voos para a Síria e aos centros de detenção secretos. As informações de que dispõem, quer dizer as vossas novas informações, indicam algo de novo a este respeito? Confirmam ou infirmam esta alegação? Obrigado.

P: Como suponho que sabem, ouvimos em Bruxelas o depoimento de Craig Murray, antigo embaixador britânico no Uzbequistão, e o seu testemunho foi importante e muito comovedor.

SR. FAVA: Quanto às novas informações a que se refere na sua pergunta, não viemos aqui com esse objectivo. Viemos aqui para falar com representantes do governo dos EUA e examinar a questão do ponto de vista das instituições dos EUA e não, apenas, de organismos norte-americanos não oficiais.

P: Gostaria, basicamente, de saber se avançaram ... (inaudível) ... centros de detenção secretos da CIA e se tomaram conhecimento de alguma coisa sobre a Polónia ou Roménia durante as vossas conversações.



SR. FAVA: Não, como já disse, não temos qualquer jurisdição sobre o governo dos EUA, pelo que não nos fizeram qualquer comentário sobre esse aspecto, mas trata-se de um assunto que examinaremos na segunda fase do nosso trabalho: possíveis prisões clandestinas em território europeu. Uma coisa é certa para nós e pode parecer um pouco esquisita – não faz parte do nosso mandato, mas uma das coisas que definitivamente queremos fazer é ter a certeza de que, se estas coisas realmente aconteceram no passado, não voltam a ocorrer outra vez. E sentimos que as iniciativas levadas a cabo por organizações não governamentais, jornalistas e mesmo nós, comissão, são úteis porque contribuem para o debate geral sobre o recurso às entregas como parte da guerra contra o terrorismo.

SRA. ANDRÉS: Deixem-me recordar a todos os que estão interessados em acompanhar os trabalhos da comissão que, em 12 de Junho, a comissão irá proceder à votação do relatório preliminar, que será aprovado pelo plenário do Parlamento em Julho. Se desejarem receber mais informações sobre a mesma, não hesitem em contactar-me e dar-me o vosso endereço electrónico. Igualmente, para quem esteja interessado, está disponível uma cópia da declaração feita pelo Presidente Carlos Coelho. Obrigada.

(FIM)

## Declaração do Presidente, Carlos Coelho

A nossa missão a Washington foi muito útil e produtiva.

Chegámos aos Estados Unidos numa semana em que as questões de segurança faziam os principais títulos da imprensa: a substituição do director da CIA e o escândalo em torno da violação do princípio da protecção de dados por algumas empresas telefónicas. Apesar deste clima de agitação, foram muitas as organizações e os funcionários que aceitaram o convite para se reunirem connosco.

Gostaria de salientar a disponibilidade do governo norte-americano e de membros do Congresso, assim como a sua prontidão em falar connosco. Depois de superar um certo cepticismo inicial, pudemos finalmente falar com representantes do governo: o Vice-Secretário de Estado, Dan Fried, e o conselheiro jurídico do Departamento de Estado, John Bellinger, bem como membros do Congresso de ambos os partidos políticos e de ambas as câmaras - o Senado e a Câmara dos Representantes.

Tenho de admitir que os funcionários do governo dos EUA estão muito bem informados sobre o nosso trabalho na Comissão TDIP e sobre as nossas preocupações, e que a Europa e os funcionários europeus - como a delegação da TDIP - são levados muito a sério. Com base na minha experiência pessoal, posso acrescentar que a disponibilidade da Administração e do Congresso dos EUA foi muito melhor do que a que pude constatar há 5 anos durante a visita da comissão temporário sobre o Echelon.

Além das actividades inicialmente previstas, conseguimos ter outras reuniões interessantes com pessoas como o director da ABC News, Brian Ross, ou o antigo agente da CIA, Vincent Cannistraro, entre outros, que preferiram permanecer incógnitas. Em todas essas reuniões obtivemos informações preciosas e nomes de pessoas, novas fontes que tentaremos contactar num futuro próximo.

Como primeira avaliação da nossa visita a Washington, gostaria de tirar as seguintes conclusões:

1. Há claras diferenças de opinião entre os Estados Unidos e a União Europeia em questões de segurança, especialmente, as que se relacionam com conceitos legais, como a definição de tortura ou o facto de pensarem que estão em "estado de guerra". Tal como o membro da Câmara de Representantes, Wexler, afirmou durante a nossa reunião, *"somos agora dois grupos que partilham os mesmos valores, mas que vivem em planetas diferentes"*. Contudo, é importante para ambos reduzir estas diferenças em nome da nossa luta comum contra o terrorismo, e juntar ambos os lados do Atlântico em torno dos valores comuns que compartilhamos.

2. Não só há diferenças claras entre os Estados Unidos e a União Europeia, estas diferenças

também existem nos Estados Unidos, como pudemos confirmar através dos contactos com várias ONG e membros do Congresso. A sociedade civil americana está viva e activa e só podemos aplaudir e encorajar a sua luta constante em prol da defesa dos Direitos do Homem.

3. Muitas das pessoas com quem nos reunimos encorajaram-nos a prosseguir os nossos trabalhos e os nossos esforços. É absolutamente prioritário que o Parlamento Europeu continue a ser a voz das pessoas; desempenhamos um papel-chave na defesa dos valores democráticos e dos Direitos do Homem.

4. Todos os nossos convidados sugeriram ou confirmaram que o programa de entregas extraordinárias levado a cabo na Europa só poderia ser realizado com o conhecimento e o apoio de governos nacionais europeus. Os funcionários do Departamento de Estado disseram, de forma diplomática, que os Estados Unidos nunca violaram a soberania de Estados-Membros da UE; outros admitiram a participação de governos europeus de uma forma mais explícita. Estas alegações devem ser levadas sérias e nós devemos examinar se isso realmente aconteceu, se outros prisioneiros foram afectados e se direito europeu ou nacional foi violado.

Em todas as reuniões que tivemos, tive a oportunidade de reafirmar o nosso apego enquanto europeus aos princípios fundamentais do Estado de direito, à protecção dos direitos do Homem em quaisquer circunstâncias e aos valores democráticos, que na nossa opinião são uma condição prévia indispensável para uma luta bem sucedida contra o terrorismo, que permanece uma das prioridades principais à escala global.

Uma estreita cooperação entre a Europa e a América é de facto primordial para vencer o flagelo do terrorismo e do extremismo e também somos sensíveis a este voto, constantemente salientado pelos nossos parceiros americanos.